

DITADURA MILITAR E DEMOCRACIA NO BRASIL: HISTÓRIA, IMAGEM E TESTEMUNHO

**ORGANIZADORAS: MARIA PAULA ARAUJO, IZABEL PIMENTEL DA SILVA,
DESIRREE DOS REIS SANTOS**





Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretária-executiva
MARCIA PELEGRINI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
SUELI APARECIDA BELLATO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO

Diretora da Comissão de Anistia
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Coordenador Geral de Memória Histórica
da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Coordenador de Projetos e Políticas de Reparação e
Memória Histórica da Comissão de Anistia
EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES

Realização:

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Equipe do Projeto “Marcas da Memória: História, Imagem
e Testemunho da Anistia no Brasil” (UFRJ/ Comissão de
Anistia)

Coordenadora Geral da Pesquisa:
Maria Paula Nascimento Araujo

Pesquisadoras/ Coordenadoras:
Desirree dos Reis Santos
Izabel Pimentel da Silva

Consultora de Museologia:
Aline Maller Ribeiro

Bolsistas:
Ana Caroline Alencar
Fernanda Abreu Silva
Gabriela Machado do Amaral
Glenda Gathe Alves
Helena Alves Rossi
Isadora Gomes
Renato Dias Moreira Pais
Zamara Graziela Pinheiro de Oliveira

COPYRIGHT © 2013

COORDENAÇÃO EDITORIAL **ALBERTO SCHPREJER**

PRODUÇÃO EDITORIAL **PAULO CESAR VEIGA**

CAPA **Laboratório Universitário de Publicidade Aplicada**
(LUPA – ECO/UFRJ). Imagem produzida a partir de
fotografia de Custódio Coimbra.

Este livro segue a grafia atualizada pelo novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

PONTEIO É UMA MARCA EDITORIAL DA
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA

Rua Nova Jerusalém, 345
CEP 21042-235 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21)2249-6418
ponteio@ponteioedicoes.com.br
www.ponteioedicoes.com.br

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D642

Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem
e testemunho / organização Maria Paula Araujo , Izabel
Pimentel da Silva , Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. - Rio
de Janeiro : Ponteio, 2013.
48 p. : il. ; 29,7 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-64116-63-4

1. Ditadura - Brasil - História. 2. Democracia - Brasil -
História 3. Governo militar - Brasil. 4. Brasil - Política e
governo. I. Araujo, Maria Paula. II. Silva, Izabel Pimentel da.
III. Santos, Desirree dos Reis.

13-06406

CDD: 981.063
CDU: 94(81)

Os direitos desta edição estão protegidos pela Lei 9.610,
de 19.2.1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem
a expressa anuência da editora.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas nos ajudaram, de diferentes formas, a compor esse livro, nos cedendo fotos, imagens, documentos e depoimentos.

Agradecemos à Cecília Boal, que nos disponibilizou parte do acervo de Augusto Boal; a Claudius Ceccon, que nos cedeu suas charges; a Ivan de Souza, que nos cedeu as charges e caricaturas de Henfil, seu pai; a Custódio Coimbra que nos cedeu suas fotos da campanha pela anistia e das manifestações pelas eleições diretas. A pesquisadora Verena Alberti, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, nos auxiliou no contato e obtenção da cessão de fotos do Arquivo Tancredo Neves (CPDOC/FGV). O Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro nos cedeu imagens de seu acervo. Francisco Carlos Teixeira da Silva nos auxiliou no contato com Verônica Fialho e João Vicente Goulart, que nos autorizaram a usar imagens de Jango. A Comissão de Anistia nos disponibilizou seus acervos e contatos.

Amigos e colaboradores fotografaram, especialmente para esse livro, “lugares de memória”: Anderson Lambert fotografou a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), e Pablo Porfírio fotografou o Monumento Tortura Nunca Mais, em Recife (PE).

Agradecemos ainda aos depoentes dos projetos “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” e “Marcas da Memória: História, Imagem e Testemunho da Anistia no Brasil”, que nos abriram as portas de suas casas e de suas vidas e compartilharam conosco suas lembranças, suas dores e alegrias. Finalmente, agradecemos ao Instituto de História (IH) e ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que nos deram toda a infraestrutura necessária para nosso trabalho e apoiaram nossa pesquisa e a viabilização deste livro.

Equipe “Marcas da Memória” — UFRJ

SUMÁRIO

Educar para o Futuro	
Paulo Abrão _____	7
O Ensino da Ditadura Militar nas Escolas: Problemas e Propostas de Trabalho	
Maria Paula Araujo _____	9
1. O Pré-64 _____	11
2. O Golpe Civil-Militar de 1964 _____	15
3. Formas de Luta e Resistência Política _____	19
4. Prisão, Clandestinidade e Exílio _____	23
5. A Luta dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil _____	27
6. Anistia Ampla, Geral e Irrestrita _____	31
7. Arte e Revolução _____	35
8. Redemocratização e o Direito à Memória, à Verdade e à Justiça _____	39
9. Lugares de Memória	
Aline Maller _____	43
Bibliografia _____	47
Arquivos Consultados _____	48

EDUCAR PARA O FUTURO

Educar para o futuro é a chave para o processo de edificação dos padrões éticos de uma nação. O papel de educar está diretamente relacionado ao país que queremos. Se quisermos uma sociedade fundada na alteridade e um Estado comprometido com a efetivação da democracia, temos que fazer chegar até os jovens o conhecimento acerca da história dos erros cometidos no passado para que eles próprios não sejam vetores da repetição no futuro, mas sim da construção de uma cultura de paz.

Transferir esses valores por meio da educação não é uma tarefa simples. O regime ditatorial se caracterizou pela generalizada violação aos direitos humanos. Violações muito graves, entre outras razões pelo fato de terem sido implementadas deliberadamente pelo próprio Estado que, durante 21 anos, em ato contrário ao seu dever de proteção, promoveu ausência de liberdade de expressão, impôs sigilo, estabeleceu censura e sedimentou a cultura do medo e do esquecimento.

Cumprir aos educadores atuais romper com essa cultura, ofertando aos seus estudantes um amplo conhecimento acerca do que ocorreu nesse período e de como se deu o processo de redemocratização, conquistada pelo povo nas ruas. Sem o conhecimento dos fatos pretéritos, sem o aprendizado com os erros cometidos, estaremos sempre vulneráveis às reincidências. Devemos aprender e ensinar pela formação de uma consciência crítica em torno das graves violações aos direitos das pessoas, pelo apreço às liberdades e pela certeza de que é preciso cuidar para que o autoritarismo diminua cada vez mais em nossa sociedade.

Conhecer a verdade e ter acesso à história é, portanto, um direito de todos. Mas ofertar especialmente aos jovens o conhecimento histórico de acontecimentos que marcam nosso passado repressivo (e que ainda condicionam nosso presente) é certamente um ato político. Pois se trata de lembrar não apenas para que haja justiça com as vítimas, mas também para que toda a sociedade se envolva na consolidação da nossa cultura democrática. Damos assim, passos efetivos para fortalecer um modelo de sociedade cada vez mais ativa e exigente com o respeito aos direitos humanos. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Brasília, setembro de 2013.

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

O ENSINO DA DITADURA MILITAR NAS ESCOLAS:

PROBLEMAS E PROPOSTAS DE TRABALHO

Nos últimos anos, os professores de história do ensino fundamental e médio têm discutido uma questão de cunho pedagógico, ético e político: como tratar, nas escolas, os temas considerados “sensíveis”? A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de *apartheid* da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre *o que* dizer e *como* falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa — tanto na memória como na história.

A ditadura militar no Brasil é um desses temas. Esse pequeno livro pretende, nesse sentido, contribuir para o enfrentamento e o debate desse tema sensível, acreditando que ele possa servir como um instrumento de trabalho dos professores de ensino médio e fundamental. Elaboramos textos de nove capítulos que procuram levantar fatos e debates historiográficos numa linguagem que possa ser acessível aos adolescentes, jovens e adultos dos dois segmentos. A bibliografia de referência desses textos está no final do livro. Procuramos ilustrar cada um dos capítulos com fontes primárias, como imagens de jornal, charges, desenhos, capas de publicações e trechos de depoimentos dos acervos “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” e “Marcas da Memória: História, Imagem e Testemunho da Anistia no Brasil”.

Cada uma dessas fontes utilizadas para ilustrar os capítulos também permite uma discussão metodológica. As fontes históricas não significam um registro absoluto de verdade. Elas devem ser contextualizadas, interpretadas, analisadas criticamente. E cada uma delas requer uma abordagem diferente.

O uso de jornais da grande imprensa como fonte requer que se averigue qual a inserção social e política do jornal. A imprensa é um ator político fundamental do mundo contemporâneo e por isso é importante caracterizar o jornal em foco e distinguir entre os vários tipos de publicação. Durante a ditadura militar no Brasil, os jornais da grande imprensa eram muito diferentes dos jornais da Imprensa Alternativa. Estes últimos eram ligados aos partidos e organizações de esquerda, clandestinos na época. Utilizar esses últimos é recorrer ao imaginário das esquerdas da época.

Trabalhar com desenhos, charges e caricaturas como fonte histórica tem sido um caminho explorado por alguns historiadores. Segundo Rosa Maria Barbosa, “a caricatura lembra ao historiador a importância dada por contemporâneos a eventos que poderiam parecer insignificantes, apontando a relação entre os fatos, a manifestação popular e a opinião pública”. O trabalho com charges e caricaturas permite que o historiador acesse a *sensibilidade* de uma época. O riso, a ironia, o grotesco de um tempo são capturados

pelo desenhista que deixa ao historiador a possibilidade de um tipo de conhecimento particular da época em questão.

O uso de depoimentos exige do historiador uma atenção redobrada. Os depoimentos expressam vivências, experiências do depoente. Sua narrativa nos remete à memória de um grupo, de uma geração, a um discurso que cria identidade não apenas para o entrevistado, mas, em muitos casos, para um grupo de pessoas que vivenciou uma época e acontecimentos vitais em conjunto. Por isso não devem ser tomados como verdades empíricas; mais do que isso, a riqueza de um depoimento é mostrar aos homens e mulheres do presente como foram vividas e sentidas as experiências de um passado recente. No caso de um passado marcado pela violência política, os depoimentos se transformam em testemunhos que traduzem o trauma, mas também a superação. Esse duplo aspecto fica particularmente claro nos trechos selecionados de depoimentos sobre a prisão.

Abordar esse “tema sensível” é importante não apenas para professores e alunos de todos os segmentos de formação escolar, mas para toda sociedade brasileira. Pois apenas conhecendo, discutindo, analisando, revelando os fatos e as experiências ligados à ditadura militar, podemos efetivamente tornar esse momento da nossa história em tempo passado.

Maria Paula Nascimento Araujo

CAPÍTULO 1

O PRÉ-1964

Os anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 foram anos de grande efervescência política e cultural. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, foi alçado à presidência da República. Era uma situação paradoxal porque Jânio e Jango representavam partidos políticos opostos. A legislação brasileira da época permitia ao eleitor votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice-presidente de outra. Dessa forma, a população brasileira elegeu a dupla “JAN-JAN”, que reunia Jânio Quadros indicado por uma coligação de pequenos partidos liderada pela União Democrática Nacional (UDN) e João Goulart apresentado pela coligação Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD). Essa improvável composição durou pouco tempo: Jânio foi empossado em 31 de janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano.

A renúncia de Jânio mudou a conjuntura brasileira. Pela Constituição, o vice João Goulart deveria assumir a presidência da República. A posse de Jango — representante do legado getulista e da força do trabalhismo na cultura política brasileira — não foi fácil. Os ministros militares tentaram impedir a posse de Jango (que, na época, estava em missão diplomática na China). A reação ao veto militar à posse de Goulart foi grande, tanto no Congresso como na sociedade. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organizou a Campanha da Legalidade. Brizola adquiriu uma estação de rádio e formou uma cadeia de 50 estações de rádio por todo o país — a Rede da Legalidade. Greves explodiram em várias capitais exigindo o cumprimento da Constituição e a posse de João Goulart. A mudança do regime presidencialista para parlamentarista foi a solução encontrada na época para resolver o impasse criado pelo veto militar. Esta solução — que permitia a posse de Jango com menos poder — foi articulada entre alguns ministros do governo, militares, o Congresso Nacional e o próprio Jango. Jango assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961. Em janeiro

Charge sobre reforma agrária.

Fonte: *Jornal Arueira*, Ano IV, nº 17, maio e junho de 1982.

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)





Tancredo Neves, Francisco Julião, João Goulart e outros durante o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (novembro de 1961).

Fonte: Arquivo Tancredo Neves (FGV/CPDOC)

de 1963, um plebiscito popular restaurou o regime presidencialista no Brasil.

A posse de Jango, marcada pela vitória da Campanha da Legalidade, conferiu ânimo aos grupos nacionalistas e de esquerda que colocaram, na ordem do dia, a pauta das reformas estruturais. Entre as principais reformas estavam as reformas fiscal, administrativa, universitária e, principalmente, a reforma agrária. Do programa de reformas faziam parte também políticas nacionalistas, como o controle sobre o capital estrangeiro e o monopólio de setores estratégicos da economia. Entre todas estas bandeiras, a reforma agrária era a mais contundente. No Nordeste rural, as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião, levantaram a bandeira “Reforma agrária já! Reforma agrária na lei ou na marra”.

Grupos políticos de esquerda e nacionalistas formaram uma frente de luta pelas reformas de base. O historiador Jorge Ferreira define os segmentos sociais e políticos que faziam parte desta coalizão: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organizações de subalternos das Forças Armadas como sargentos da Aeronáutica, do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, e os estudantes representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

O debate político também permeava o campo das artes que discutiam o papel revolucionário e engajado das manifestações artísticas, buscando novos públicos e novos conteúdos. O Cinema Novo, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, o Centro Popular de Cultura (CPC da UNE) são exemplos dessa postura.

O período do governo de Jango foi um período de intensa politização da sociedade. O clima de radicalização política, de confrontos e debates propiciou uma ampla participação da sociedade na discussão pública de propostas de mudanças e reformas. Foi um período de intensa atividade política e de uma ampla discussão em torno dos diferentes projetos para o país.

No dia 31 de março de 1964, o governo de João Goulart foi deposto por um golpe civil-militar.

No dia 31 de março de 1964, o governo de João Goulart foi deposto por um golpe civil-militar.

Cartaz do Centro Popular de Cultura (CPC)



“O CPC tinha sido criado recentemente pelo Vianinha (Oduvaldo Vianna Filho) e mais alguns companheiros dele. E ele me chamou para ajudar a escrever uma peça sobre reforma agrária (...). Perguntaram se eu não queria escrever um poema de cordel a partir do qual eles montariam a peça. Aí eu escrevi **João Boa-Morte: Cabra Marcado Para Morrer**. Depois a peça não foi escrita, mas o poema foi publicado pelo CPC”.

Ferreira Gullar

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 09 de maio de 2011.

João Boa-Morte: Cabra Marcado Para Morrer (1962)

“Vou contar para vocês
um caso que sucedeu
na Paraíba do Norte
com um homem que se chamava
Pedro João Boa-Morte,
lavrador de Chapadinha:
talvez tenha morte boa
porque vida ele não tinha.
Sucedeu na Paraíba
mas é uma história banal
em todo aquele Nordeste.
Podia ser em Sergipe,
Pernambuco ou Maranhão,

que todo cabra da peste
ali se chama João
Boa-Morte, vida-não.
(...)
Já vão todos compreendendo,
como compreendeu João,
que o camponês vencerá
pela força da união.
Que é entrando para as Ligas
que ele derrota o patrão,
que o caminho da vitória
está na revolução”.

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Documentário *O dia que durou 21 anos* (Diretor: Camilo Tavares/ Ano: 2012);
- Documentário *Jango* (Diretor: Sílvio Tendler/ Ano: 1984).

CAPÍTULO 2

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Em 1964, o governo João Goulart via-se acuado: as direitas civis alardeavam que as reformas de base visavam comunizar o país; o Congresso Nacional, de maioria conservadora e, em boa parte, representante dos grandes latifundiários, recusava-se a aprovar o projeto de reforma agrária sem indenizações aos proprietários; as esquerdas, que lutaram para garantir sua posse, exigiam veementemente a realização imediata das reformas, sem acordos ou recuos. De aliadas, tornaram-se ferozes contestadoras. Concomitantemente, os setores militares golpistas já se articulavam visando destituir o presidente.

Nesse contexto de ebulição política e crescente radicalização, das esquerdas e das direitas, o Comício de 13 de março de 1964, realizado na Estação Ferroviária Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara), pode ser considerado um estopim para os acontecimentos que se seguiram. No famoso comício, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e apoiado por Goulart, o presidente discursou sobre a necessidade de mudanças estruturais para o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades socioeconômicas no país. O carro-chefe desse debate era o seu comprometimento com a realização de uma reforma agrária urgente, que tinha como primeiro passo o anúncio do decreto da Superintendência da Política da Reforma Agrária, a SUPRA, que possibilitava a desapropriação de terras às

margens de rodovias e ferrovias federais.

Os pronunciamentos do presidente causaram grande comoção em setores conservadores que desejavam sua derrubada do governo. O medo da radicalização dessas medidas e de um suposto “perigo comunista” levou milhares de pessoas às ruas nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, organizadas por clérigos e entidades femininas, realizadas em várias cidades do país, sendo em algumas delas apoiadas pelos seus governantes. Assim como esses setores da classe média, a burguesia industrial ligada ao capital externo temia que medidas nacionalistas e progressistas de Goulart se recrudescessem, uma vez que



Jango discursa no Comício da Central do Brasil (13/03/1964)

Fonte: Agência O Globo

Rebelião dos Marinheiros em 1964

Fonte: Agência O Globo

contrariavam seus interesses econômicos. O apoio desses setores da sociedade civil fez com que vários historiadores e demais pesquisadores caracterizassem o golpe de 1964 como “civil-militar” e não somente militar, como já se convencionou denominar.

Um último acontecimento serviria de pretexto para as direitas militares, apoiadas por amplos setores civis, acelerar seus planos de destituir o presidente João Goulart: a chamada “Revolta dos Marinheiros”. Centenas de marinheiros decidiram comemorar o segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Reivindicavam o reconhecimento de sua associação, a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha e a melhoria dos soldos, além de apoiarem as reformas de base. Os fuzileiros navais enviados pelo ministro da Marinha para reprimir o levante aderiram ao movimento. Jango ficou ao lado dos marinheiros, que negociaram o fim da “rebelião” e foram anistiados pelo presidente. Isto provocou a ira da alta oficialidade, que acusou o governo de incentivar a indisciplina e a quebra da hierarquia nas Forças Armadas.

Em 31 de março, os tanques de guerra do Exército já se dirigiam ao Rio de Janeiro, onde Goulart se encontrava. O governo caiu sem grandes resistências. A ida de Jango para o Rio Grande do Sul foi o argumento para o senador Auro de Moura Andrade, que presidia o Congresso Nacional, declarar a vacância do cargo de presidente da República, devido aos últimos acontecimentos. No dia 3 de abril, o general Castelo Branco já era o novo presidente do Brasil. Jango partiu para o exílio no Uruguai.

O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes — como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo — e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à suposta ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo dos Estados Unidos, que não via com bons olhos a aproximação de Goulart com as esquerdas.



Tanques na entrada do Parque Guinle no Rio de Janeiro (01/04/1964)

Fonte: Agência O Globo

“Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil”.

Trecho do discurso de Jango no Comício da Central do Brasil — 13/03/1964



“O golpe foi realmente um golpe para essa geração a que pertenço, foi um corte muito violento na vida (...) um baque muito grande para todas as forças de esquerda. Começou logo uma perseguição muito grande e cortou a vida de todo mundo, quer dizer, os projetos que nós jovens tínhamos”.

Anita Prestes

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 29 de junho de 2011.

Com os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violência praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados “subversivos” dentro da ótica do regime, e a decretação de Atos Institucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. Num primeiro momento, esse sistema abateu-se principalmente sobre líderes sindicais e comunistas vinculados a luta pelas “reformas de base”. O Ato Institucional decretado no dia 9 de abril de 1964 (posteriormente conhecido como AI-1) iniciava a temporada de cassações de mandatos de parlamentares e a suspensão dos direitos políticos dos “inimigos da revolução”. Esse era o começo de uma ditadura militar que perduraria por mais de vinte anos no poder; uma conjuntura singular na história do país.

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Discurso de João Goulart no Comício da Central do Brasil em 1964 na íntegra disponível no Arquivo Nacional e no *youtube*.

CAPÍTULO 3

FORMAS DE LUTA E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Após o golpe de 1964, o Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até 1985. Lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados. A ditadura fechou os partidos políticos existentes e criou dois novos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — um partido de situação e outro de “oposição consentida”. O novo governo editou Atos Institucionais com os quais criava condições excepcionais de funcionamento “legal” para atos ilegais e arbitrários.

Durante todo esse período muitos brasileiros resistiram e lutaram contra a ditadura de variadas formas. Nos primeiros anos após o golpe, estudantes, artistas e intelectuais se manifestaram contra a ditadura. Uma forte repressão se abatera sobre as lideranças sindicais e políticas ligadas principalmente aos partidos trabalhista e comunista que haviam liderado as lutas políticas no pré-64. Com isso a ação política de estudantes e artistas ganhou maior destaque. O Show Opinião, por exemplo, foi uma das primeiras manifestações contra a ditadura. E os estudantes, entre 1966 e 1968, realizaram inúmeras passeatas e manifestações políticas em várias cidades do país, levantando a bandeira “Abaixo a ditadura militar”. A “Passeata dos Cem Mil”, realizada em junho de 1968 no Rio de Janeiro, foi um dos marcos desse momento.

Em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 05, encerrando essa fase. O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores;



decretou o estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião;

Presos políticos banidos após a troca com o embaixador dos Estados Unidos sequestrado em 1969 por organizações revolucionárias

Fonte: <http://www.historiadigital.org/historia-do-brasil/brasil-republica/ditadura-militar/10-curiosidades-historicas-do-mr-8/>

Capa do jornal *Nós Mulheres* (nº 07/ Março de 1978)

Fonte: Hemeroteca da Associação Brasileira de Imprensa

criou a censura prévia. O AI-5 significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe”, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do Estado de direito.

Entre 1969 e os primeiros anos da década de 1970, o país viveu um período que ficou conhecido como “os anos de chumbo”. A ditadura havia silenciado o movimento sindical, os partidos e movimentos de oposição, estudantes, intelectuais e artistas. Com o campo de ação reduzido e vigiado, uma parte da esquerda buscou referência nos movimentos de guerrilha dos anos 1950 e 1960 (como as lutas anti-coloniais, a guerrilha vietnamita e a Revolução Cubana) e optou pela luta armada para enfrentar o regime. Nesse período, proliferaram inúmeras tentativas de guerrilha urbana e rural no Brasil. A resposta a este movimento, por parte do regime militar, foi uma violenta repressão sobre os grupos e organizações de esquerda. A conjugação da opção pela luta armada, feita por uma grande parte da esquerda brasileira, com a nova conjuntura de endurecimento repressivo da ditadura pós AI-5 foi trágica. Em poucos anos as organizações foram destruídas pela repressão, deixando um saldo de inúmeros mortos, desaparecidos, presos, exilados e banidos.



“Começamos a ter um movimento estudantil mais forte em 1966, (...) onde tivemos alguns atos aventureiros como, por exemplo, a ocupação da Faculdade de Medicina (...). Nós fazíamos muita agitação de improviso — comício relâmpago, como a gente chamava. Isso era a arma da gente ou, então, grandes manifestações de massa, quando fosse possível”.

Vladimir Palmeira

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2011.

•

“Comecei a me envolver com a educação popular (...). Eu era da Coordenação Nacional da FASE, que era uma instituição religiosa, ligada à Igreja, e que foi se aproximando dos grupos populares e acabou se tornando muito mais do que uma instituição caritativa. (...) Fazíamos educação popular, juntávamos os grupos, fazíamos análise da realidade social, fazíamos uma discussão sobre o porquê daquela realidade social”.

Neise de Luiz

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2012.



Numa passeata pela anistia, um jovem escreve: “Terrorista é a ditadura que mata e tortura”.

Foto: Custódio Coimbra

O ano de 1974 marcou o início de uma nova conjuntura no país. O novo presidente da República, general Ernesto Geisel, deu início a um processo de abertura política “lenta, gradual e segura”. O objetivo era promover uma transição lenta e controlada para um regime mais liberal, mas que, no entanto, mantivessem excluídos da esfera das decisões do poder setores

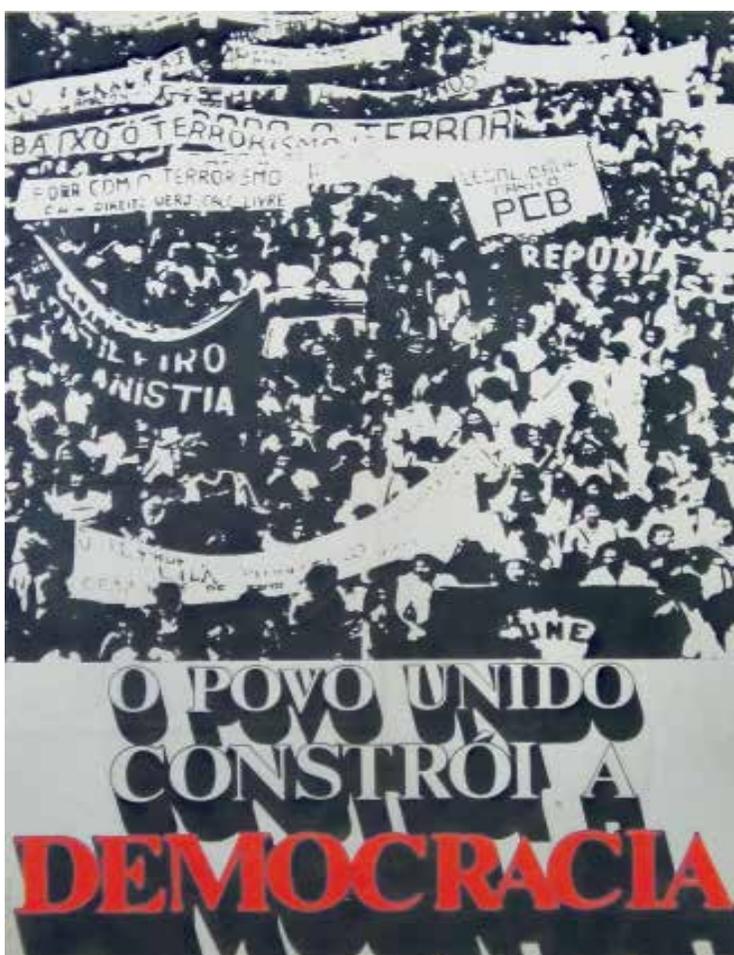
mais radicais da oposição e os representantes dos movimentos populares. O objetivo do projeto de abertura era empreender uma “transição por cima” para uma “ditadura reformada”. Respondendo a este projeto do regime militar, amplos setores da oposição e dos movimentos sociais e políticos de esquerda articularam-se numa luta de resistência pelas liberdades democráticas, pressionando os limites do projeto de abertura. A luta pelas liberdades democráticas unificou esquerdas e diversos setores da sociedade, inclusive a oposição mais moderada. Integravam essa frente estudantes, operários, intelectuais, setores da Igreja, as comunidades eclesiais de base (CEB’s), o MDB, profissionais liberais, movimentos de bairros e movimentos que eram conhecidos, na época, como movimentos de “minorias políticas”: mulheres, negros, homossexuais e movimentos em defesa da causa indígena.

A plataforma de luta pelas liberdades democráticas levantava bandeiras como contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), as prisões arbitrárias, a tortura, a censura à imprensa; pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, pelo Estado de direito.

Nesta etapa, a Imprensa Alternativa foi importante divulgando bandeiras políticas que se tornaram grandes campanhas da oposição, como a campanha *Contra a Carestia* e, principalmente, a campanha pela *Anistia ampla, geral e irrestrita*.

Cartaz “O Povo Unido Constrói a Democracia”. União Nacional dos Estudantes, s/d.

Fonte: Arquivo da Memória Operária (AMORJ)





Capa do jornal *Brasil Mulher* (nº 12/ Maio de 1978)
Fonte: Hemeroteca da Associação Brasileira de Imprensa

Capa do jornal *O Pasquim* (nº 473 – 21 a 27 de julho de 1978)
Fonte: Hemeroteca da Associação Brasileira de Imprensa



Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Documentário *Hércules 56* (Diretor: Sílvio Da-Rin/ Ano: 2006);
- Filme *Cabra-cega* (Diretor: Toni Venturi/ Ano: 2005);
- Filme *O que é isso, companheiro?* (Diretor: Bruno Barreto/ Ano: 1997).

CAPÍTULO 4

PRISÃO, CLANDESTINIDADE E EXÍLIO

Entre as décadas de 1960 e 1980, os opositores políticos ao regime militar — nos seus mais diversos matizes — enfrentaram as forças tremendamente superiores e melhor organizadas da ditadura. Forças que não hesitavam em usar todas as armas — a prisão arbitrária, o assassinato, a tortura, o banimento — contra aqueles que as desafiavam. Nesse contexto, a morte, a prisão, a clandestinidade e/ou o exílio tornaram-se os destinos quase certos dos militantes políticos envolvidos em movimentos de resistência à ditadura.

A vida na prisão foi marcada pelas mais diversas formas de tortura (incluindo a psicológica, usada para desestabilizar o preso político), sequestros, ameaças, interrogatórios infundáveis, dificuldade de comunicação com familiares e advogados, entre outras modalidades de desrespeito aos direitos humanos.

Apesar da vivência na prisão ter sido marcada pelo isolamento e pela solidão, os anos de cárcere também se caracterizaram pelo estabelecimento de redes de solidariedade entre as presas e presos e construção de estratégias (individuais e coletivas) de sobrevivência dentro de um campo limitado de possibilidades.

A prisão foi o destino de praticamente todos os membros das organizações da esquerda brasileira que não partiram antes para o exílio ou para a morte. Muitos ficaram por anos presos sem ser condenados judicialmente; outros chegaram a ser julgados e condenados pela Justiça Militar, porém sem ampla condição de defesa em julgamentos arbitrários.

Para além da vivência na prisão, o cotidiano da clandestinidade também marcou de forma indelével a trajetória destes ex-militantes de organizações revolucionárias brasileiras. Cair na clandestinidade era, acima de tudo, uma tentativa de sobrevivência para estes militantes políticos. Ao ingressar em uma organização da esquerda armada e/ou ao tornar-se clandestino, o militante rompia de forma radical com toda sua vida anterior. Identidades falsas,

Certidão de óbito do líder guerrilheiro Carlos Marighella

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais - CERQUEIRINHA - CISAII - 24 - Subdistrito do Capital de São Paulo sob o Ror Augusto, 1333

Certidão de Óbito

Livro 11 Fôlha 197 Número 10.580

Paulo Wandersley Grossi Escrivão do Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIFICO que, no livro competente de ÓBITOS, deste Cartório, consta o óbito de - Carlos Marighella -
falecido aos 04 de novembro de 1969 às 20:00h com este Subdistrito - na Alameda Casa Branca, Frente nº 806 -
de sexo masculino - de cor branca - profissão Ignorável
natural de Salvador - Bahia -
com 27 anos de idade - estado civil casado
em - de - Augusto Marighella e de Maria Rita Nascimento Marighella -

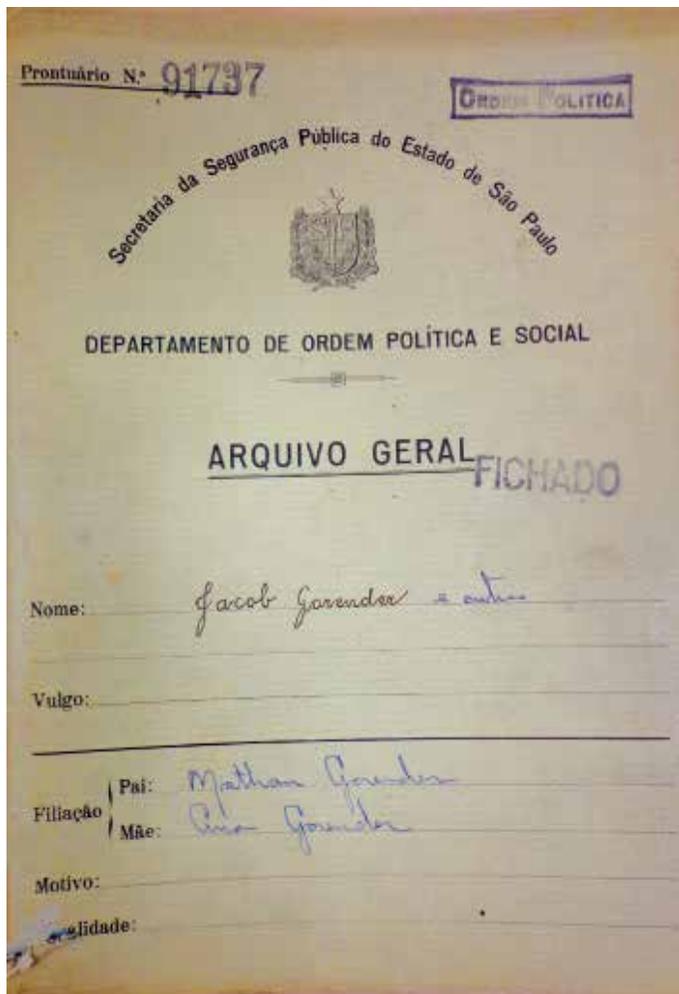
Atestado de óbito firmado pelo Dr. Harry Shibata - médico legista -
que deu como causa da morte - hemorragia interna por ferimento de arma de fogo -

Sepultado no cemitério "Vila Formosa" nesta Capital -

Foi declarado O Jur. Paulino de Paula Almeida - guarda civil -

Observações: Leanta de salões e documentos exclusivamente para fins policiais

O selado e verificado e deu fé.
São Paulo, 07 de novembro de 1969.
O Escrivão



Prontuário de Jacob Gorender produzido pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (20/01/1970)

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

“aparelhos”, “pontos” e regras de segurança tornavam-se parte da rotina. O militante habitava um mundo com linguagem, leis e códigos próprios — uma existência paralela. Em muitos sentidos, cair na clandestinidade significava tornar-se um exilado dentro de seu próprio país.

Aliás, o exílio foi o destino de milhares de brasileiros, forçados a abandonar o país por conta da política repressiva da ditadura militar implementada a partir do golpe de 1964. As partidas, em geral, eram vistas como uma garantia de sobrevivência e maneira de escapar dessas perseguições. As decisões de sair decorriam de diversas situações, desde o banimento (principalmente ligado a iniciativas armadas que objetivavam a soltura de militantes presos) até a recusa de viver num país sob ditadura.

A opção por viver em outros países latino-americanos estava diretamente ligada às conjunturas desses lugares, seja por serem favoráveis à efervescência política de esquerda ou, ao menos, que não

estivessem tomados por governos militares autoritários. Em um primeiro momento, de maneira geral, Chile, Cuba e, em alguns casos, a Argentina foram os grandes focos dos exilados. Após isso, tendo Chile e Argentina vivido golpes militares em 1973 e 1976, respectivamente, a Europa, quando conseguiam refúgio, era a principal moradia dos exilados brasileiros.

A vivência no exílio foi experimentada por muitos como a possibilidade de retomar e/ou criar novas lutas: em certas ocasiões, encarava-se como um distanciamento necessário do militante para posterior reintegração à resistência no Brasil (como na fuga para o treinamento guerrilheiro em Cuba). Por outro lado, alguns exilados engajavam-se em novas bandeiras para a luta contra a ditadura militar, como ocorreu nas campanhas pela anistia com grande repercussão internacional nos anos 1970.

Greve de fome dos presos políticos no presídio Frei Caneca (RJ) em 1979

Fonte: Catálogo fotográfico da exposição 30 anos da luta pela anistia no Brasil organizada pela Comissão de Anistia



“Colocavam um jacaré no meu colo (...) Um jacaré! Não muito grande. Disseram eles depois que era desdentado. (...) Eles minimizam. Eles colocavam o jacaré em cima e pra cada um tinha um nome! O meu era Marighella. Era um jacarezinho que colocavam no teu corpo. Aí vou dizer: ‘Não é porrada o tempo todo, mas é tortura! É humilhação, é sacanagem, é humilhar o outro na sua frente, é não te deixar dormir, é tortura! É terror!’”

Ana Bursztyn

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 07 de julho de 2011.

•

“É uma coisa muito importante na minha vida, eu li o *Grande Sertão: Veredas*. Todo o tempo do mundo para ler. E foi muito importante porque eu descobri o que era a literatura. Eu lia livros, mas não imaginava o que um livro podia fazer com uma pessoa que, no caso, estava presa e que lendo *Grande Sertão: Veredas* estava num mundo livre, correndo naquelas guerras, entre Diadorim e Riobaldo. E a coisa era tão forte que um dos meus maiores sofrimentos dessa época era o livro ficando fino. (...) Acabando. Eu falava: ‘E agora? Pode ter outro livro, mas eu não quero que acabe esse’. Isso foi uma experiência fantástica.”

Alberto Schprejer

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 02 de maio de 2013.

•

“Se o exílio é estar com as malas prontas o tempo todo, (...) a clandestinidade é a tua morte social, é uma situação que até hoje eu não gosto de lembrar, porque você não vive socialmente, é um tempo em branco, um espaço vazio. É de uma inutilidade, de uma brutalidade (...). A clandestinidade realmente é um momento terrível, por que você não faz nada, você só se esconde, você não existe”.

Flávia Schilling

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 18 de julho de 2011.

A vida no exílio fez parte das trajetórias de lideranças políticas e partidárias do pré-64, militantes da luta armada, lideranças partidárias de esquerda, artistas, jornalistas, intelectuais, bem como suas esposas, maridos e até mesmo crianças, que tiveram parte de sua infância fora do país de origem por consequência da perseguição política a seus pais militantes. O afastamento forçado do país e as angústias do exílio marcaram a vida dessas pessoas. Alguns morreram sem poder retornar ao país. Outros não suportaram essas dificuldades, ocorrendo inclusive casos de suicídios de brasileiros que viviam nessa situação.

Retorno de Gregório Bezerra, líder comunista histórico, do exílio.

Foto: Custódio Coimbra



Após a lei de anistia de 1979, muitos exilados retornaram ao Brasil e se somaram à luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas.

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Filme *Quase Dois Irmãos* (Diretora: Lúcia Murat/ Ano: 2004);
- Filme *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias* (Diretor: Cao Hamburger/ Ano: 2006);
- Filme *Batismo de Sangue* (Diretor: Helvécio Patton/ Ano: 2007);
- Livro *Batismo de Sangue* de Frei Betto (Civilização Brasileira, 1982).

CAPÍTULO 5

A LUTA DOS FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

No Brasil, cerca de 50.000 pessoas foram presas durante o período da ditadura militar; 7.367 indiciadas e 10.034 atingidas na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4.862 foram cassadas; 130 banidas; milhares de exilados e, pelo menos, 426 mortos e desaparecidos políticos (incluindo 30 no exterior), segundo os dados levantados pela historiadora Janaína Teles. As famílias destes mortos e desaparecidos políticos foram algumas das primeiras vozes que se levantaram, ainda na década de 1970, contra os arbítrios e abusos cometidos pela ditadura em relação aos opositores políticos do regime e,



ao longo das últimas décadas, se tornaram protagonistas na luta pelo direito à verdade e à justiça e na defesa dos direitos humanos no país.

No primeiro momento da atuação destes familiares, a dificuldade em obter informações sobre seus parentes desaparecidos era intensificada pela conjuntura autoritária da ditadura militar. Antes mesmo de se estabelecerem como um grupo atuante na causa desses perseguidos políticos, a procura por pais, irmãos, filhos, maridos e esposas engajados na resistência passou a fazer parte da vida dessas pessoas, que, por vezes, sofriam ameaças dos órgãos da repressão para que interrompessem suas buscas. Percorriam tribunais, delegacias e quartéis na tentativa de encontrar seus parentes. Utilizavam vários artifícios para atingir este objetivo, inclusive a solicitação de *habeas corpus* como forma de registrar a responsabilização do Estado por aquela pessoa. Buscavam apoio na ala progressista da Igreja Católica e nos escritórios

O jornalista Vladimir Herzog é assassinado no Destacamento de Operação de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo em 25 de outubro de 1975.

Fonte: Jornal do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo



Fonte: Jornal *O Pasquim*, nº 488, 03/10/1978
Hemeroteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

de advocacia; conheciam outras famílias com o mesmo problema, até que, ainda nos anos 1970, formaram a Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos que, mais tarde, atuaria juntamente com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) na luta contra a ditadura, levantando a bandeira da democracia.

Com a promulgação da Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, a “Lei da Anistia”, parte das vozes dissidentes conquistou seus objetivos. Afinal, a volta de exilados, clandestinos e ex-presos políticos era uma vitória considerável depois de tantos anos de silêncio e repressão. Apesar das conquistas com a anistia, muitos dos familiares não conseguiram sequer um atestado de óbito, ao invés disso, o governo emitia um “atestado de paradeiro ignorado” ou de “morte presumida” aos desaparecidos, procurando se eximir de suas responsabilidades e impedir a investigação das circunstâncias das mortes e

desaparecimentos. Isso não impediu a luta destes familiares. Pelo contrário, até os dias atuais, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos atua no sentido de fomentar a busca pelos restos mortais dos militantes de esquerda e denunciar os crimes cometidos contra os direitos humanos durante a recente ditadura.

Segundo Ludmila Catela, o desaparecimento pode ser encarado como uma *morte inconclusa*. A falta de informações sobre o que de fato aconteceu a um ente querido e a não localização de seu respectivo corpo leva seus familiares a estar sempre buscando pistas e esperando um possível retorno que nunca se concretiza. A categoria “desaparecido” simboliza, ainda de acordo com Catela, uma tripla condição: “a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”. Nesse sentido, a ausência do corpo e de um ritual fúnebre perpetua a dor, já que o corpo “condensa e domestica a morte. Torna-a concreta, definitiva, presente, individual, identificada”. Assim sendo, o desaparecimento, de certa forma, *mata a própria morte*.

A falta do corpo também significa ausência de um túmulo, que, por sua vez, constitui-se em um *lugar de memória*, onde a história e a identidade da vítima são reafirmadas, através de rituais de lembrança. Sem uma sepultura, os familiares necessitam criar novas formas e estratégias — públicas ou privadas, individuais ou coletivas — para lembrar os desaparecidos. A busca do corpo

Passeata de familiares de desaparecidos políticos na década de 1970.

Foto: Custódio Coimbra





Cartaz do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)

Fonte: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

torna-se, então, o *locus da dor* e cria laços de união e solidariedade entre os familiares de desaparecidos, ao mesmo tempo em que configura o cerne da ação destes grupos, sintetizadas nas denúncias de violações de direitos humanos e na busca pela verdade, memória e justiça.

Guerrilha do Araguaia

Desde 1966, diversos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foram deslocados para a região do Araguaia, no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins, a fim de deflagrar a guerrilha rural. A presença do PCdoB, na área, foi descoberta pelos órgãos repressivos e, após três campanhas militares, desencadeadas entre 1972 e 1973, a guerrilha foi liquidada. Os camponeses locais foram brutalmente torturados pelo Exército, acusados de serem cúmplices dos guerrilheiros. Os guerrilheiros, por sua vez, foram caçados com requintes de crueldade. Mesmo depois de presos, foram assassinados e seus corpos esquartejados, exibidos em lugares públicos e enterrados em locais até hoje desconhecidos.

“A gente enterrou José Carlos. E não é qualquer família que tenha conseguido isso. A gente sabe onde ele está. E isso é muito importante! (...) A verdade e a memória são fundamentais não só pro país e pra sociedade, mas também para os familiares”.

Bernardo da Mata Machado

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Belo Horizonte, 26 de novembro de 2011.

•

“Minha mãe só enterrou o meu pai (...) quando recebeu o atestado de óbito, em 1995. E essa é a diferença entre quem tem um morto pra enterrar e o que não tem. Nós descobrimos recentemente que cada um de nós enterrou meu pai num ano diferente. (...) Porque você decidir que morreu é matar de novo. Eu já tinha matado o meu pai antes, mas pra ela foi só nesse ano”.

Vera Paiva

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Filme *Zuzu Angel* (Diretor: Sérgio Rezende/ Ano: 2006);
- Livro *K*, de Bernardo Kucinski (Expressão Popular, 2011);
- Livro *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva (Objetiva, 2006);
- Site da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos: <www.desaparecidospoliticos.org.br>

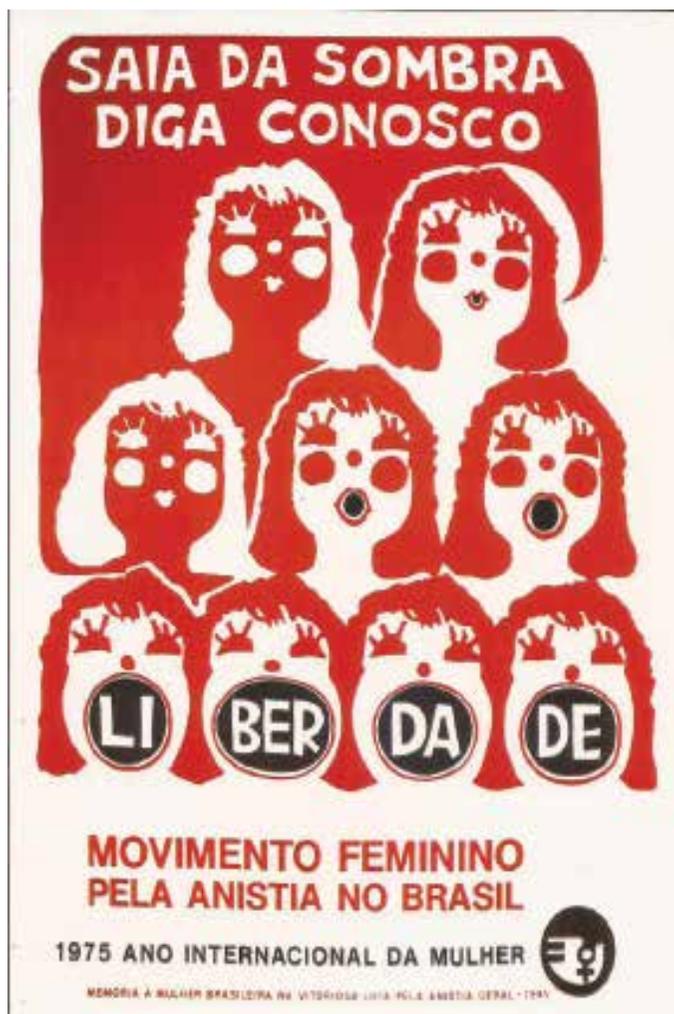
CAPÍTULO 6

ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita foi a principal bandeira de luta política levantada pelas esquerdas e setores de oposição à ditadura militar, a partir de meados da década de 1970. Com esta bandeira os cidadãos brasileiros voltaram às ruas. O estopim foi a prisão de alguns jovens, ligados a organizações de esquerda, que estavam distribuindo panfletos numa comemoração operária do Primeiro de Maio de 1977 em São Paulo. Com as palavras de ordem “*Libertem nossos presos! Agora, já!*” estudantes de todo o país realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, aproveitaram o movimento e criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva pela anistia no país. Logo depois, no início de 1978, foi criado no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), somando-se a outros comitês que já existiam, como o Comitê Feminino pela Anistia, precursor importante dessa luta. Na seqüência foram criadas sedes do CBA em várias cidades do país.

O Comitê Brasileiro pela Anistia comandou uma campanha nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ele reunia, em suas diversas sedes por todo o país, os elementos mais combativos da oposição ao regime: familiares de presos, mortos e desaparecidos; advogados de presos políticos, militantes de partidos e organizações de esquerda (na época, clandestinos), setores progressistas da Igreja Católica, estudantes e o grupo dos “parlamentares autênticos” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Participavam também do CBA jornalistas, professores, advogados e intelectuais. Passeatas, atos públicos, manifestações, cartazes e uma ampla campanha na imprensa — sobretudo na chamada “Imprensa alternativa” — expressaram o crescimento desta palavra de ordem e desta luta.

Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia (1975)
Fonte: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça



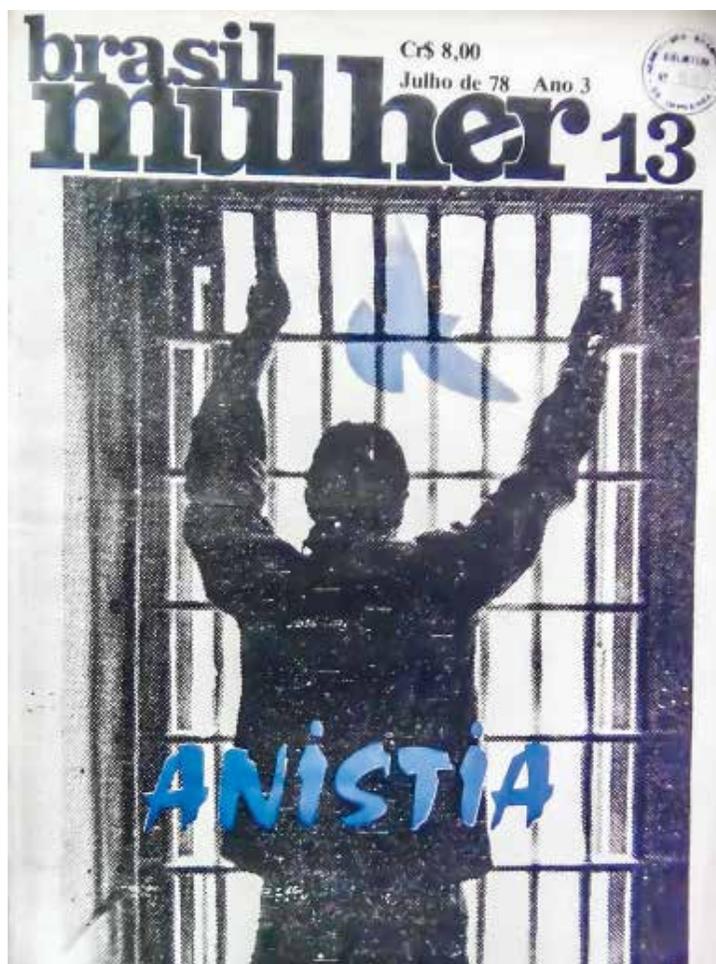
Capa do jornal *Brasil Mulher* (nº 13, julho de 1978)

Fonte: Hemeroteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

A lei foi sancionada em 28 de agosto de 1979. Mas a anistia que foi promulgada não foi a anistia desejada pelos setores mais combativos da sociedade, em especial o Comitê Brasileiro pela Anistia. Foi uma anistia parcial e restrita e que deixava margem para o entendimento de uma “reciprocidade”.

A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita” mas, por outro lado, ela foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.

Nos anos seguintes, como apontou a historiadora Carla Rodeghero, medidas e leis complementares ampliaram os limites da lei de 1979. Em



1985, 1988, 1992, 1995, 2001 e 2002 a anistia foi alvo de nova legislação federal. De um modo geral, estas leis visavam ampliar os benefícios e o número de beneficiados pela anistia, procurando reparar a violência praticada pelo Estado brasileiro durante a ditadura. Mas, apesar disso, ao longo das décadas de 1980 e 1990 a luta pela anistia sofreu um significativo recuo do cenário político nacional. O tema foi, de certa forma, relegado a um terreno secundário da agenda política, ficando restrito aos grupos de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos. Durante alguns anos, enquanto o país vivia outras lutas e outras campanhas políticas — como a luta pelas eleições diretas e a campanha pela constituinte — o tema ficou esquecido. Mas, para alguns grupos e organizações da sociedade civil, o tema ainda era prioritário. Familiares e amigos de mortos e desaparecidos se organizaram em grupos e coletivos próprios (como

Cartaz Luta pela Anistia

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)



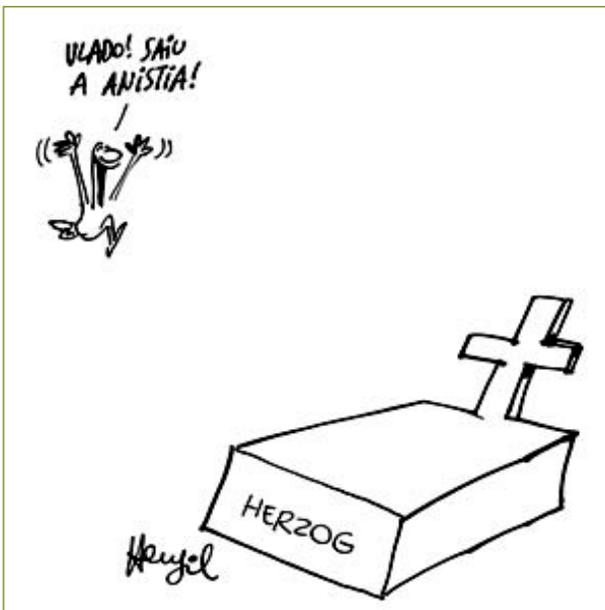
Manifestação pela anistia ampla, geral e irrestrita no centro do Rio de Janeiro.

Foto: Custódio Coimbra

o Grupo Tortura Nunca Mais) que continuavam reivindicando o esclarecimento acerca das mortes e desaparecimentos assim como também levantavam a denúncia das torturas.

A partir de 2001 esse cenário se modificou. O presidente Fernando Henrique Cardoso criou, em agosto de 2001, a Comissão de Anistia, junto ao Ministério da Justiça, com

a função de reparar, indenizar, reconduzir a postos públicos e a antigos cargos, restaurar e compensar os danos provocados pela ditadura militar a perseguidos políticos. Nesse sentido, o termo *anistia*, no Brasil, passou a ser equiparado ao termo *reparação*. Nas últimas gestões, a Comissão de



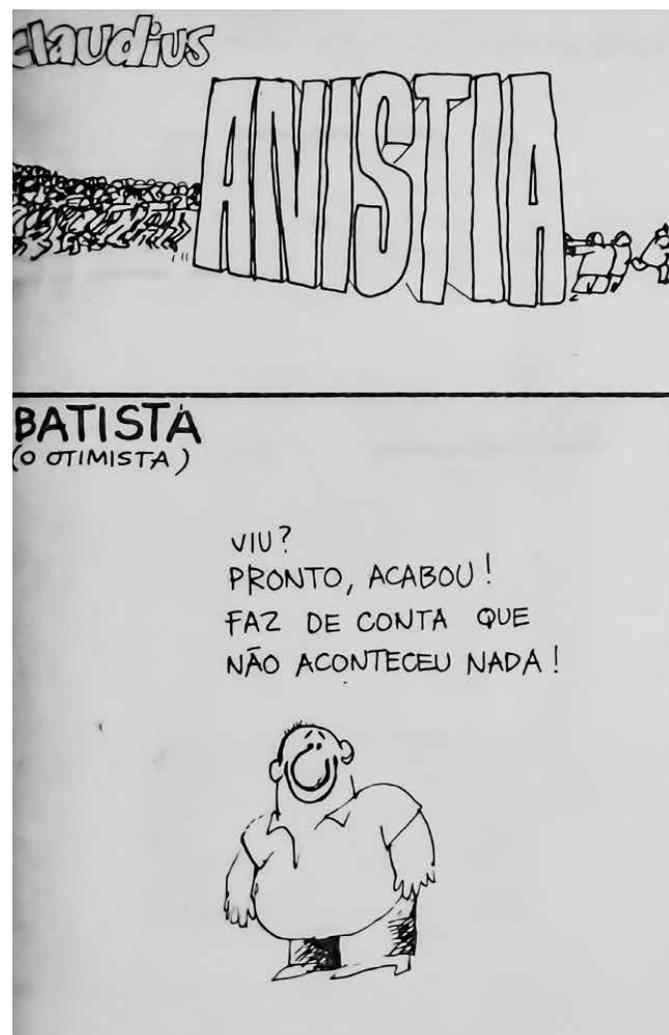
Charge do Henfil

Fonte: <<http://torturanuncamaispr.wordpress.com/2013/01/21/charges-sobre-a-ditadura-e-a-anistia>>

Anistia tem acentuado o caráter simbólico de memória e reparação. A Comissão tem realizado “Caravanas da Anistia” por todo o país, onde os pedidos de anistia são avaliados e o presidente da Comissão, em nome do Estado brasileiro, pede perdão à pessoa anistiada. No entanto, apesar dos avanços, muitos dos crimes e violências ocorridos no período da ditadura militar ainda carecem de esclarecimentos. A anistia é, portanto, uma luta inconclusa — e ainda atual.

Charge do Claudius

Fonte: Jornal *O Pasquim*, nº521, 22 a 28/06/1979
Hemeroteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)



“Nós fizemos muita panfletagem e os panfletos eram curtinhos, perguntas e respostas: ‘Você sabe o que é anistia?’, duas linhas de resposta (...) bem didático. Não ficava um no chão”.

Regina von der Weid

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Belo Horizonte, 04 de novembro de 2011.

●

“O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda!”. (...) No final, o Paulo Abrão (atual presidente da Comissão da Anistia), de pé leu a sentença, (...) foi quando ele disse que o Estado brasileiro me pedia perdão, foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. (...) Foi um momento muito lindo da minha trajetória”.

Dulce Pandolfi

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011.



48ª edição das Caravanas da Anistia realizada em São Paulo (Teatro da Universidade Católica — TUCA) em 18/03/2011.

Fonte: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Cartazes e panfletos da anistia disponíveis nos acervos digitalizados do Arquivo Público do Estado de São Paulo (www.arquivoestado.sp.gov.br) e Memórias Reveladas (<www.memoriasreveladas.gov.br>);
- Site da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça: <<http://portal.mj.gov.br/anistia/data/Pages/MJ20BF8FDBPTBRNN.htm>>.

CAPÍTULO 7

ARTE E REVOLUÇÃO

A efervescência cultural dos anos 1960, com suas nuances em meios como o teatro, as artes plásticas, a música, a literatura e o cinema, foi duramente reprimida pela política instaurada pelo golpe civil-militar. As ameaças a artistas e a censura de cunho político às suas produções já ocorriam nos primeiros anos do governo instaurado. No entanto, o meio artístico não era o principal alvo nesse primeiro momento, visto que a ditadura ainda tinha como foco a ideia de reprimir as organizações partidárias e banir da sociedade brasileira seus líderes políticos.

Após 1968, essa preocupação voltava-se também para as manifestações culturais. Alguns artistas e intelectuais que, até então, não eram considerados o perigo maior passavam a ser tratados como “subversivos” e tornavam-se suspeitos dentro da ótica do regime. Com a promulgação do AI-5, a perseguição a esses personagens foi mais contundente: vários artistas e intelectuais passaram com mais frequência a fazer parte dos interrogatórios das instituições repressivas do governo.

A arte era compreendida como uma forma de propaganda política. Através das artes, eram discutidos problemas sociais brasileiros, propagava-se a ideia de liberdade e experimentação aos moldes do

movimento da contracultura internacional, debatiam-se as propostas de luta política das esquerdas do país e, ainda, criticava-se e combatia-se a ditadura. Muitos desses artistas faziam parte de organizações armadas ou de partidos de esquerda e refletiam em suas produções suas formações políticas.

Com o lema “uma ideia na cabeça e uma câmera na mão”, o *Cinema Novo* fomentava algumas dessas discussões. Nel-

3. A partir da década de 60, está aumentando o número de seguidores de GODARD ou do CINEMA POLÍTICO, buscando dilacerar os princípios éticos do povo e, mais ainda, desmoralizar os governos democráticos, promovendo a subversão e o comunismo. O filme político, através de técnicas minuciosamente estudadas, tem como fim precípua influenciar a opinião pública, destruindo psicologicamente o espectador. GLAUBER ROCHA e seus seguidores no BRASIL, querem implantar o cinema político, para com isso enganar o povo e levá-lo à agitação, à desordem política e à revolução. ////////////////

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE SEU DOCUMENTO
NÚMERO 40 - COM. N. 000001 Regu-
lamenta para Salvaguarda de Assuntos
Sigilados)

CONFIDENCIAL

10/26 4595

Censura a Glauber Rocha

Fonte: Memória da Censura no
Cinema Brasileiro (1964-1988)

Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br>>

Capa do programa do Show Opinião

Fonte: Acervo FUNARTE

son Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Glauber Rocha, Leon Hirszman e Paulo Cezar Saraceni eram alguns dos seus representantes e articuladores.

A música, nas suas diversas modalidades, era um *locus* de resistência e disputas ideológicas, em meio a tropicalistas, representantes da jovem-guarda e as denominadas “canções de protestos”. Essas disputas eram acirradas pelos festivais organizados por redes de televisão no final da década de 1960 e início dos anos 1970. Eram as competições nos “festivais da canção” que dividiam o gosto do público entre vaias e aplausos às canções defendidas pelos músicos. Nos anos 1960, consolidavam-se como grandes referências musicais na luta contra a ditadura: Geraldo Vandré, Nara Leão, Edu Lobo e Chico Buarque de Hollanda.

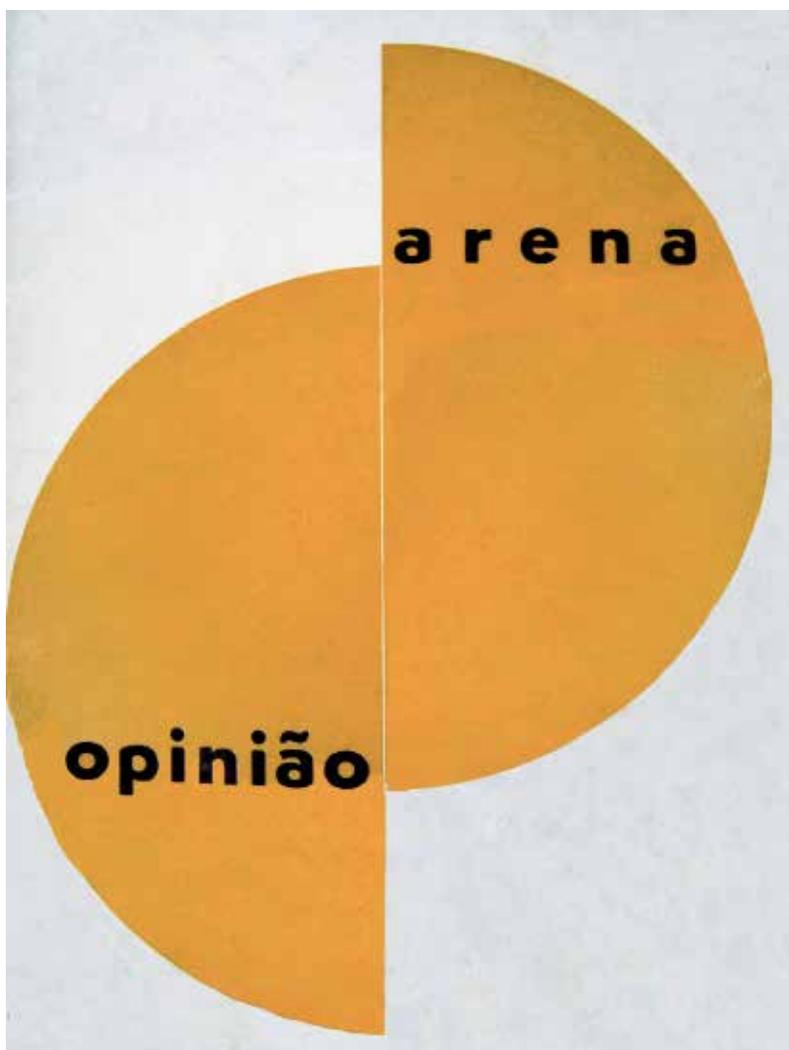
Dentre as formas de resistência por meio de expressões artísticas, o teatro foi um dos grandes expoentes da necessidade de ações revolucionárias, seja através de um debate existencial e crítico aos padrões impostos por costumes conservadores, seja discutindo e/ou incitando o povo a aderir às propostas de luta das esquerdas políticas.

O teatro Oficina, dirigido por José Celso Martinez, buscava a liberdade existencial e comportamental. O “teatro de agressão” iniciado com *Rei da Vela* (1967) e consolidado em *Roda Viva* (1968) trazia ao palco cenas de nudez, sexo e momentos em que os personagens dirigiam-se agressivamente aos espectadores. A ideia era fazer um teatro “contra o público”, criticando os padrões comportamentais da classe média.

O Teatro de Arena de São Paulo, que já colocava em pauta problemas sociais e políticos do Brasil desde os anos 1950, com o advento do golpe passou também a criticar a ditadura. Junto com o extinto Centro Popular de Cultura da UNE, o Arena produziu o show *Opinião* sob direção de Augusto Boal em 1964 no Rio de Janeiro, considerada uma das primeiras expressões artísticas de protesto contra a ditadura.

Propunha-se, assim, o engajamento político da arte como mecanismo de reflexão da realidade nacional e, sobretudo, o desenvolvimento de um teatro atuante na luta contra o regime militar. Depois do *Opinião*, Boal e os demais integrantes do Arena realizaram *Arena conta Zumbi* (1965) e *Arena conta Tiradentes* (1967), escritas por Guarnieri e Boal, que remetem aos personagens históricos para falar de opressão e luta pela liberdade. Em 1968, com a *1ª Feira Paulista de Opinião*, Augusto Boal propõe a necessidade de reunir toda a esquerda artística no combate às “forças reacionárias”, denunciando a ditadura e a censura.

A prisão passou a fazer parte do cotidiano de diversos artistas da época, nos seus mais variados posicionamentos políticos e esferas de atuação. A experiência no cárcere foi utilizada como fonte para criações artísticas desses presos, como o caso do artista plástico Carlos Zílio, que na prisão fazia desenhos





Augusto Boal

Fonte: Acervo Pessoal de Cecilia Boal

em um bloco de papel com caneta *pilot*. As arbitrariedades e as torturas sofridas também foram temas de peças de teatro e da literatura, como no texto “A Medida do Homem” (1972) do poeta Waly Salomão, um dos integrantes do movimento da cultura marginal, integrado por Hélio Oiticica, Torquato Neto e demais representantes da música, cinema e artes plásticas.

Alguns artistas e intelectuais também se viram obrigados a partir para o exílio, onde continuaram a denunciar a ditadura brasileira. Participaram, ainda, das campanhas pela anistia no final dos anos de 1970 dentro e fora do Brasil. Um dos grandes hinos da anistia foi a música “O Bêbado e o equilibrista” (1979), composta por João Bosco e Aldir Blanc e cantada por Elis Regina.

“Naquela época, todos os espetáculos eram censurados. Primeiro, tinha que levar o texto para a censura e depois os censores iam ver o espetáculo. Não bastava o texto. Então, tinha um ensaio que era para a censura. Claro que isso incomodava a todo mundo, ao Boal também, que teve essa ideia [da Feira Paulista de Opinião em reunir vários artistas], mas mesmo assim foi proibido. Isso provocou uma grande mobilização de toda a classe teatral (Boal aproveitou para agitar bastante), que decretou estado de desobediência civil. E, assim, a gente ia de teatro em teatro e, em todas as noites, fazíamos um pedacinho da peça em teatros que nos acolhiam e permitiam que o elenco da Feira se apresentasse antes de seus espetáculos.”

Cecilia Boal

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2013.

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Documentário *Uma Noite Em 67* (Diretores: Renato Terra e Ricardo Calil/ Ano: 2010);
- Documentário *Tropicália* (Diretor: Marcelo Machado/ Ano: 2012);
- Texto *Eztetyka da fome* de Glauber Rocha (1965)/ Disponível em: <<http://www.tempoglauber.com.br/glauber/Textos/eztetyka.htm>>.

CAPÍTULO 8

REDEMOCRATIZAÇÃO E O DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA

Entre 1979 e 1985, o Brasil viveu um processo de transição política, passando da ditadura para os marcos do Estado Democrático de Direito.

Essa transição era o resultado do aprofundamento da conjuntura anterior, vivida durante o governo Geisel (1974-1978): de um lado, o projeto de “abertura controlada” do regime e, de outro, a mobilização de setores populares que procuravam “alargar” o espaço democrático. O sucessor de Geisel, o presidente João Batista Figueiredo, deu continuidade ao projeto de abertura dos militares. Em agosto de 1979 foi sancionada a Lei de Anistia; em novembro do mesmo ano, foi extinto o bipartidarismo. Novos partidos surgiram: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o antigo MDB); o PDS (Partido Democrático Social, o partido do governo); o PDT (Partido Democrático Trabalhista); o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e, um pouco mais tarde, o PT (Partido dos Trabalhadores).

Mas os movimentos populares também deram continuidade à luta pela redemocratização do país. Nessa nova conjuntura a grande campanha política que mobilizou a sociedade foi a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República: as “Diretas já!”. A campanha animou enormes comícios e manifestações em várias capitais. Os *Comícios das Diretas* no Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária e na praça da Cinelândia, registraram milhares de pessoas cantando, emocionadas, o hino nacional.

Apesar disso, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização imediata de eleições diretas para a sucessão de Figueiredo, foi derrotada no Congresso Nacional, em abril de 1984. A opção escolhida foi a realização de uma eleição indireta, por um Colégio Eleitoral composto por parlamentares.

Manifestação pelas eleições diretas na Candelária (Rio de Janeiro) em 1984.

Foto: Custódio Coimbra





Manifestação pelas eleições diretas na Cinelândia (Rio de Janeiro) em 1984.

Foto: Custódio Coimbra

A chapa formada por Tancredo Neves (representante do PMDB) e José Sarney (pelo partido da Frente Liberal, uma dissidência do PDS) foi eleita no Congresso em janeiro de 1985.

Apesar do caráter moderado, centrista e elitista da solução negociada, a eleição de Tancredo tinha uma simbologia política importante.

Tancredo era identificado com a herança varguista. Sua indicação para a Presidência da República tinha um certo gosto de retorno à democracia do pré-64. Um gostinho de revanche que o acaso negou à oposição e à sociedade brasileira: Tancredo adoeceu e morreu antes de ser empossado. Seu vice, José Sarney, político de tradição conservadora, da linhagem da extinta ARENA, assumiu a Presidência da República do Brasil em março de 1985.

No plano político, a redemocratização no Brasil se consolidou com a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Segundo o historiador Boris Fausto, “a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias”. Foi ela, a “Constituição Cidadã”, que procurou marcar e defender os direitos dos cidadãos brasileiros e permitiu, em alguma medida, um novo pacto político.

O Brasil já completou mais de duas décadas de regime democrático. Nesse período, já elegeu e depôs um presidente (Fernando Collor); elegeu um intelectual que lutou contra a ditadura (Fernando Henrique Cardoso); um operário metalúrgico também combatente do regime ditatorial (Luiz Inácio Lula da Silva) e uma ex-militante da luta armada e ex-presença política (Dilma Rousseff).

Mas a definitiva superação da ditadura vivida no país só poderá se dar com o aprofundamento da democracia e a ampliação das políticas de justiça de transição.

O direito à memória, à verdade e à justiça são passos importantes que o país deve dar: esclarecer os abusos, investigar as violações cometidas, revelar a verdade factual, responsabilizar os perpetradores são atitudes que se espera do país. A Comissão da Verdade, instalada em maio de 2012, pode cumprir esse importante papel. O Brasil já avançou bastante na reparação de muitas vítimas da ditadura, mas inúmeros episódios continuam sem explicação. Garantir o direito à memória, à verdade e à justiça é um passo fundamental na consolidação democrática.



Cartaz da Campanha *Diretas Já*: “Eu quero votar pra presidente!”

Fonte: Arquivo Tancredo Neves (FGV/CPDOC)



Charge do cartunista Henfil sobre a Constituinte de 1987.

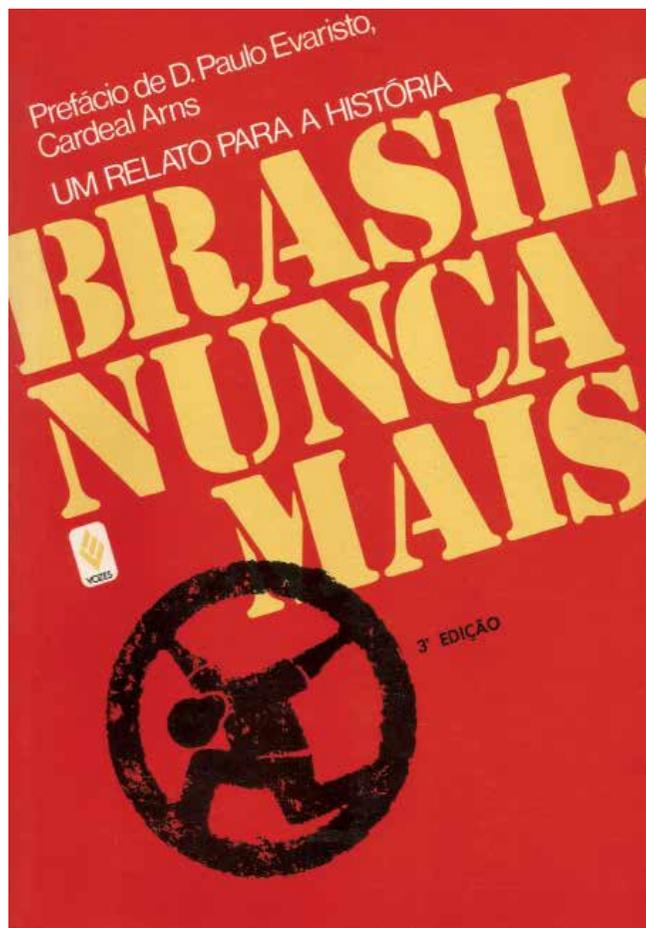
Fonte: <www.treinodehistoria.blogspot.com.br>

O Brasil não está sozinho nesse dilema. Nas últimas décadas, muitos países da América Latina viveram processos de redemocratização, transitando de ditaduras para regimes democráticos. Em muitos casos, esses processos ainda estão em andamento e a democracia segue sendo construída — com avanços e recuos — no dia a dia dos países. O Brasil é um desses casos. O processo de construção e ampliação da democracia ainda está em curso, enfrentando, na nova conjuntura, novos desafios e velhos problemas. É uma tarefa que cabe a todos nós.

Capa do livro *Brasil Nunca Mais* (1985)

Fonte: Acervo Brasil Nunca Mais Digitalizado

Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>



“Eu acho que a Comissão da Verdade vai sair, mas eu não sei se vai sair o projeto que nós queremos. Mas isso não impede que continuemos batalhando para fazer com que nos ouçam e que levem em conta as demandas da sociedade civil no que diz respeito às produções que sairão da Comissão da Verdade. Eu acho que esse processo é assim, a sociedade civil se fazendo presente e convocando o Estado a ouvir e a levar em conta as suas demandas e tornando-as políticas públicas. (...) É o que eu chamo de utopia, a nossa utopia é essa, de fazer a roda movimentar, porque nada é perfeito”.

Vera Vital Brasil: Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça

Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro — UFRJ). Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2013.

Sugestões para trabalhar em sala de aula:

- Música *Apesar de você* de Chico Buarque (1970);
- Livro *Diretas Já!* do escritor e cartunista Henfil (Editora Record, 1984).

CAPÍTULO 9

LUGARES DE MEMÓRIA

Ruas, prédios e praças fazem parte do dia a dia de cada um de nós. Passamos por inúmeros locais e muitas vezes desconhecemos a relação direta de cada um deles com momentos fundamentais da nossa história. Em todas as cidades, os chamados “lugares de memória” nos cercam, porém, muitas vezes, não nos transmitem a totalidade do seu significado. Uma pequena placa ou um memorial podem ser a diferença entre apenas passar por um local ou compreender algo mais sobre a história do nosso tempo e país.

A expressão “lugares de memória” foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Em sua visão, estes lugares, construídos historicamente, teriam uma tripla função: são lugares *materiais, funcionais e simbólicos* onde a memória coletiva se ancora e se expressa. Possuem ainda um valor como documentos e monumentos reveladores dos conflitos e disputas que envolvem o constante processo de construção da memória.

Os acontecimentos do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) ainda estão vivos e próximos, mas não suficientemente claros. As informações oficiais sobre o regime militar possuem várias lacunas; muitas vítimas e desaparecidos políticos ainda aguardam que suas histórias sejam esclarecidas e lembradas. Dessa forma, a identificação de “lugares de memória” relacionados a esse período tão marcante do nosso tempo torna-se fundamental como fonte de conhecimento, estudo e ensino.

A preservação desses locais, juntamente com seu reconhecimento oficial, também se faz premente. A identificação deles como patrimônio cultural torna-se de grande valor para a construção das memórias coletivas.

Através dos lugares de memória é possível a comunicação entre as gerações atuais e a geração que lutou pela redemocratização do país e pelo respeito aos direitos humanos. A educação é o único meio para que as novas gerações compreendam e valorizem a democracia e se tornem cidadãos conscientes; é o principal caminho para que aprendam com as dificuldades do passado e para que elas nunca mais aconteçam.

Aline Maller
Museóloga

Lugares de Memória Relacionados à Ditadura Militar no País

ALAGOAS

Monumento aos mortos

Praça da Paz, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) — Maceió — AL

ESPÍRITO SANTO

Memorial aos desaparecidos

Praça Costa Pereira, Vitória — ES

GOIÁS

Monumento aos perseguidos pela Ditadura Militar

Avenida Assis Chateaubriant, em frente ao Bosque dos Buritis - GO

MARANHÃO

Monumento a Ruy Frazão Soares

Liceu Maranhense, Parque Urbano Santos, s/n, São Luís — Maranhão

MINAS GERAIS

Memorial da Anistia — Em Construção

Rua Carangola, Santo Antônio, Belo Horizonte — MG

Monumento Liberdade

Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte — MG

Monumento aos mortos

Avenida Afonso Pena, Belo Horizonte — MG

PARANÁ

Caminhos da Resistência

Curitiba - PR

Memorial - Pessoas Imprescindíveis

Rua Desembargador Clotário Portugal, bairro 28 de Janeiro, Apucarana - PR

PERNAMBUCO

Monumento Tortura Nunca Mais

Rua Aurora, praça Padre Henrique, Recife — PE



Foto: Pablo Porfírio



Foto: Anderson Lambert



Foto: Grupo Tortura Nunca Mais — RJ

RIO DE JANEIRO

Casa da Morte (acima)

Rua Arthur Barbosa, nº 120, no Caxambu, Petrópolis — RJ

Cemitério de Ricardo de Albuquerque (abaixo)

Estrada Marechal Alencastro, 1743 - Ricardo de Albuquerque, Rio de Janeiro — RJ
DOI-CODI — RJ

Rua Barão de Mesquita, Tijuca, Rio de Janeiro — RJ

Monumento ao estudante Edson Luís de Lima Souto

Praça Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Centro, Rio de Janeiro - RJ

Homenagem ao estudante Stuart Angel

Av. Borges de Medeiros, 997, Lagoa, Rio de Janeiro - RJ

RIO GRANDE DO SUL

Memorial Mãos Amarradas

Avenida Beira-Rio, Parque Marinha do Brasil, Porto Alegre — RS

SANTA CATARINA

Monumento aos Desaparecidos Políticos Catarinenses

Praça da Resistência Democrática, bairro Santa Luzia, Criciúma — SC

SÃO PAULO

Memorial da Resistência de São Paulo

Largo General Osório, 66 - São Paulo, SP

Memorial a Carlos Marighella

Alameda Casa Branca, altura do nº 800 — Jardins SP

Oban — DOI-Codi, futuro Memorial contra a tortura e a ditadura

Rua Tutóia, 921 - Vila Mariana São Paulo — SP

Memorial - Pessoas Imprescindíveis

USP - Centro Acadêmico Oswaldo Cruz — CAOC
Av. Dr. Arnaldo, 455 - Subsolo - Pacaembu, São Paulo, SP

Pórtico do Presídio Tiradentes - Arco do Presídio

Avenida Tiradentes, altura do nº 451 — São Paulo

Memorial - Pessoas Imprescindíveis

Teatro da Pontifícia Universidade Católica
Rua Monte Alegre, 984, Perdizes — SP

Cemitério Municipal Dom Bosco e Vala de Perus

Estr. do Pinheirinho, 860, Perus — SP

Cemitério Vila Formosa

Avenida Flor de Vila Formosa s/n, São Paulo - SP

Memorial da Luta pela Justiça

Antigo prédio da 2.^a Auditoria Militar de São Paulo, Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1249, Bela Vista - São Paulo

Memorial - Pessoas Imprescindíveis

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Diadema — Rua Encarnação, 290, Piraporinha - SP

BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (orgs.). *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.
- ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio; RODEGHERO, Carla (orgs.). *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2012.
- ARAUJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2007.
- ARAUJO, Rosa Maria Barbosa de. *Catálogo da Exposição "O traço da História"*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), 1984.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome de 1979 / organização de Daniela Frantz et al.* Brasília: Comissão de Anistia / MJ, 2010.
- CATELA, Ludmila da Silva. "Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal". In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FREDERICO, Celso. "A política cultural dos comunistas". In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil. Teorias. Interpretações*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- GARCIA, Miliandre. "Ou vocês mudam ou acabam": teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2008.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. 1968. *A Rebelião Estudantil. México, França, Brasil*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

MATOS, Cecília Rebelo; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. “Marcas da Ausência: O Drama dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil”. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula. (orgs.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. “A arte engajada e seus públicos (1955-1968)”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, 2001.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODEGHERO, Carla et al. *Anistia ampla, geral e irrestrita*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, Desirree dos Reis. “Reflexões sobre exílio: Augusto Boal e o Teatro do Oprimido”. *Revista Dia-logos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SILVA, Izabel Pimentel da. “Nós que Amávamos Tanto a Revolução: Ditadura Militar, Luta Armada, Prisão e Clandestinidade no Brasil nas Décadas de 1960 e 1970”. *Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-RIO 2012*. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

SILVA, Izabel Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2009.

TELES, Janaína de Almeida. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson & TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

ARQUIVOS CONSULTADOS

- Acervo Augusto Boal — Faculdade de Letras/UFRJ;
- Agência O Globo;
- Associação Brasileira de Imprensa (ABI);
- Arquivo da Memória Operária (AMORJ);
- Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP);
- Arquivo Tancredo Neves (FGV/ CPDOC);
- Brasil Nunca Mais Digitalizado;
- Memória da Censura no Cinema Brasileiro (1964-1988);
- Fundação Nacional de Artes (FUNARTE);
- Tempo Glauber.